



Informativo TSE

Informativo TSE – Ano IX – Nº 9 Brasília, 26 de março a 1º de abril de 2007

SESSÃO ORDINÁRIA

***Agravos regimentais. Agravos de instrumento. Inadmissibilidade. Recurso especial.**

O agravo regimental deve afastar os fundamentos da decisão impugnada. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 6.273/RS, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.

**No mesmo sentido o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.585/PB, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.*

Agravo regimental. Pedido de reconsideração. Medida cautelar. Liminar. Concessão. Efeito suspensivo. Agravo de instrumento. Superveniência. Julgamento. Agravos regimentais. TSE. Perda de objeto.

Liminar concedida para conferir efeito suspensivo ao agravo de instrumento até o seu julgamento fica prejudicada pelo julgamento do referido recurso, e, por decorrência, prejudicados estão o agravo regimental e o pedido de reconsideração interpostos contra a concessão da liminar. Nesse entendimento, o Tribunal declarou o prejuízo do agravo regimental. Unânime.

Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 1.852/RS, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.

Agravo regimental. Representação. Intempestividade do recurso.

O art. 96, § 8º, da Lei nº 9.504/97 prevê o prazo de vinte e quatro horas para interposição de recurso contra decisão de relator. No caso concreto, os autos foram recebidos na Procuradoria-Geral Eleitoral em 27.2.2007, e o apelo em exame foi interposto apenas em 2.3.2007. Patente, portanto, a intempestividade do recurso. Nesse entendimento, o Tribunal declarou extinto o processo sem apreciação do mérito. Unânime.

Agravo Regimental na Representação nº 1.349/DF, rel. Min. José Delgado, em 27.3.2007.

Embargos de declaração. Agravo regimental. Omissão. Intimação. Julgamento. Recurso. Sustentação oral. Impossibilidade. Violação. Contraditório e ampla defesa. Inexistência. Pretensão. Rediscussão da causa.

Nos termos do art. 36, § 9º, do RITSE, da jurisprudência desta Corte e do STF, não há previsão para inclusão em

pauta e defesa oral em sede de julgamento de agravo regimental. Impõe-se a rejeição dos declaratórios quando não existir omissão, obscuridade e contradição. Os embargos não se prestam para rediscussão da causa. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 7.327/AP, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.

Reclamação. Pedido. Avocação. Representação. Propaganda eleitoral antecipada. Candidatos a cargos nas eleições estaduais. Programa partidário. Inserção nacional. Competência. Julgamento. TRE. Pedido. Aplicação. Multa. Art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/97.

Não há usurpação de competência quando a decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral nos autos de representação está em conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência então dominante do TSE. As reclamações e representações formuladas contra o descumprimento da Lei das Eleições são de competência dos juízes auxiliares, durante o período eleitoral, devendo ser dirigidas, na hipótese de pleitos federais, estaduais e distritais, aos tribunais regionais eleitorais, por força do disposto no art. 96, II, do citado diploma legal. Nesse entendimento, o Tribunal julgou improcedente o pedido formulado na reclamação. Unânime.

Reclamação nº 412/AP, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 22.3.2007.

Recurso em mandado de segurança. Concessão. Dispensa. Servidor. Banco do Brasil. Prestação. Serviço. Seção eleitoral. Observância à resolução do TSE.

Aos eleitores que colaboram nos serviços eleitorais é assegurado o dobro dos dias de convocação em folgas, nos termos do art. 98 da Lei nº 9.504/97. O direito previsto na norma – de fruição em dobro do período de efetiva disponibilidade à Justiça Eleitoral – é aplicável tanto para os trabalhos do dia da eleição e eventual contagem de votos, como para os treinamentos e para a montagem e preparação dos locais de votação. Nesse entendimento, o Tribunal negou provimento ao recurso. Unânime.

Recurso em Mandado de Segurança nº 486/SP, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 29.3.2007.

Registro de candidatura. Candidato a deputado estadual. Configuração de parentesco por afinidade. União estável. Inelegibilidade.

A jurisprudência do TSE é pacífica no sentido de que “a união estável atrai a incidência da inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da Constituição Federal” (REspe nº 23.487), com a ressalva de que o mero namoro não se enquadra nessa hipótese (REspe nº 24.672). Existência, no caso, de relacionamento afetivo entre o recorrente e a filha do governador de Rondônia, o que configura união estável, nos moldes do art. 1.723 do Código Civil de 2002. Incidência de inelegibilidade em função de parentesco por afinidade. Nesse entendimento, o Tribunal, por maioria, negou provimento ao recurso.

Recurso Ordinário nº 1.101/RO, rel. Min. Carlos Ayres Britto, em 27.3.2007

Propaganda partidária. Promoção pessoal de filiado. Publicidade de pré-candidato. Desvirtuamento. Ofensas veiculadas em programa partidário. Não-conhecimento. Direito de resposta. Ilegitimidade de parte. Extinção da representação. Arquivamento.

Partido ou coligação é parte ilegítima para reivindicar direito de resposta por fatos ditos lesivos à honra ou à imagem de candidato, por se tratar de direito personalíssimo que só pode ser pleiteado pelo próprio ofendido. Extinção dos espaços destinados a divulgação de propaganda partidária em cadeia regional, circunstância superveniente prejudicial à análise da representação. Tese sustentada na inicial cujo acolhimento seria inócuo ante à evidente perda de objeto. Nesse entendimento, o Tribunal

extinguiu o processo sem apreciação do mérito e determinou o seu arquivamento. Unânime.

Representação nº 800/TO, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 22.3.2007.

Representação. Propaganda partidária. Promoção pessoal de filiado. Publicidade de pré-candidato. Desvirtuamento. Ofensas. Ocupante de cargo público. Possibilidade. Direito de resposta negado. Impugnação da mídia apresentada. Necessidade de perícia. Ilegitimidade ativa dos representantes. Prescrição. Direito de resposta. Não-conhecimento das preliminares. Extinção.

Não se autoriza a realização de perícia em CD, quando se verifica que o setor técnico da Corte que efetivou a transcrição da mídia fornecida em nenhum momento mencionou qualquer adulteração, trucagem ou montagem. Além disso, o representante não demonstrou qualquer outro elemento como contraprova, sequer a juntada aos autos de outra gravação que atestaria ter sido veiculado conteúdo diverso em programa jornalístico ou similar.

Pode o ofendido, em representação proposta em conjunto com partido político, na qual se busque a cassação de direito de veiculação de propaganda partidária, pleitear a concessão do direito de resposta, com fundamento no art. 5º, V, da Constituição. Foram extintos os espaços destinados a divulgação de propaganda partidária em cadeia regional, circunstância superveniente prejudicial à análise da representação, ante à evidente perda de objeto. Nesse entendimento, o Tribunal extinguiu o processo sem apreciação do mérito e determinou o seu arquivamento. Unânime.

Representação nº 863/SE, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 22.3.2007.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Consulta. Eleições proporcionais. Candidato eleito. Abandono de partido.

Os partidos políticos e as coligações conservam o direito à vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda. Nesse entendimento, o Tribunal, por maioria, respondeu positivamente a consulta.

Consulta nº 1.398/DF, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.

Criação de zona eleitoral pelo desmembramento de outras já existentes. Presentes os requisitos legais. Deferimento.

Homologada a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais que aprovou a criação de nova zona eleitoral no Município de Uberaba, a partir do desmembramento das 276ª, 277ª e 326ª zonas eleitorais daquele município. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu a criação da zona eleitoral. Unânime.

Criação de Zona Eleitoral nº 318/MG, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 29.3.2007.

O *Informativo TSE*, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.

Lista tríplice. TRE/MA. Encaminhamento ao Poder Executivo.

Deferido o encaminhamento ao Poder Executivo da lista tríplice do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, relativa à escolha de juiz efetivo, pela classe dos advogados, em decorrência do término do 1º biênio do Dr. Carlos Santana Lopes. Compõem a lista os advogados Dr. Carlos Santana Lopes, Dr. Paulo Sergio Tavares e Vasconcelos e o Dr. Murilo Abreu Lobato Junior. Nesse entendimento, o Tribunal determinou o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo. Unânime.

Encaminhamento de Lista Tríplice nº 484/MA, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.

Lista tríplice. TRE/AL. Encaminhamento ao Poder Executivo.

Deferido o encaminhamento ao Poder Executivo da lista tríplice do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, relativa à escolha de juiz efetivo, pela classe dos advogados, em decorrência do término do 1º biênio do Dr. Marcelo Teixeira Cavalcante. Compõem a lista os advogados Dr. Francisco Malaquias de Almeida Júnior, Dr. Paulo Henrique Falcão Brêda e o Dr. Jairo Silva Melo. Nesse entendimento, o Tribunal determinou o encaminhamento da lista tríplice ao Poder Executivo. Unânime.

Encaminhamento de Lista Tríplice nº 485/AL, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, em 27.3.2007.

PUBLICADOS NO DJ

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.100/SP

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Agravo de instrumento. Prestação de contas. Comitê partidário. Recurso especial. Não-cabimento. Sentença sucinta. Ausência de nulidade. Princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal. Ausência de violação. Fundamentos não infirmados.

– A teor da recente jurisprudência do TSE, não cabe recurso especial contra acórdão de Tribunal Regional Eleitoral que examina prestação de contas de candidato, por constituir matéria eminentemente administrativa.

– Fundamentos expostos de forma sucinta ou mesmo deficiente não autorizam o decreto de nulidade da sentença que, no caso dos autos, se baseou nos pareceres técnicos e do Ministério Público para desaprovar as contas (Ac.-STJ nº 610.173/PR, DJ de 5.12.2005, rel. Min. Gomes de Barros).

– Tendo sido aberto prazo, em duas oportunidades, para que o comitê financeiro suprisse as falhas, conforme consignado no acórdão regional, não há que se falar em ofensa ao art. 5º da CF.

– Para que o agravo obtenha êxito, é necessário que os fundamentos da decisão agravada sejam especificamente infirmados, sob pena de subsistirem suas conclusões.

– Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 27.3.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.418/SP

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Embargos de declaração. Agravo de instrumento. Decisão monocrática. Recebimento. Agravo regimental. Ofensa. Arts. 535 do Código de Processo Civil e 93, IX, da Constituição Federal. Não-caracterização. Mera reiteração. Razões. Apelo denegado.

1. Conforme recentes precedentes deste Tribunal, recebe-se como agravo regimental os embargos de

declaração, com pedido de efeitos modificativos, opostos contra decisão monocrática.

2. Não procede a alegada violação aos arts. 535 do CPC ou 93, IX, da CF, se a Corte de origem apresenta fundamentação suficiente para o seu convencimento, assentando, em sede de embargos, que não teriam sido apontadas omissão, contradição nem obscuridade, e que pretendia o agravante tão-somente a modificação da decisão embargada.

3. O agravo de instrumento não pode constituir mera reiteração das razões do recurso especial.

Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 27.3.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 2.134/CE

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Medida cautelar. Recurso especial pendente de admissibilidade. Concessão de efeito suspensivo. Competência do Tribunal *a quo*. Súmulas nºs 634 e 635 do STF.

– A competência do Tribunal Superior Eleitoral para processar e julgar ação cautelar pressupõe, no caso de processo ainda na origem, a interposição e admissibilidade de recurso, a devolutividade da matéria questionada, e, negativo o juízo de admissibilidade, a protocolação de agravo.

– Não tendo a jurisdição do Tribunal Regional se completado, tendo em vista que o recurso especial aguarda juízo de admissibilidade, esta Corte não pode, por ora, emitir julgamento ainda que liminar (súmulas nºs 634 e 635 do STF).

– Agravo regimental desprovido.

DJ de 28.3.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.388/PI

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Recurso especial. Negativa de seguimento. Candidato. Prefeito.

Distribuição. Dinheiro. Eleitores. Âmbito. Prefeitura municipal. Véspera. Eleições. Abuso do poder. Utilização. Recursos públicos. Corrupção eleitoral. Art. 299 do CE. Comprovação. Dolo específico. Autoria. Materialidade. Crime eleitoral. Recusa. Ministério Público Eleitoral. Proposta. *Sursis* processual. Ausência. Violação. Arts. 5º, LV, da CF, e 89 da Lei nº 9.099/95. Inocorrência. Nulidade. Acórdão. TRE. Alegações. Parte processual. Obrigatoriedade. Submissão. Procurador-geral eleitoral. Recusa. Ministério Público. *Sursis*. Inaplicabilidade. Art. 28 do CPP. Ausência. Prequestionamento. Dissídio jurisprudencial não comprovado.

– Cabe ao Ministério Público, que atua no feito, a decisão sobre a aplicação do *sursis* processual; ao juiz, cabe, discordando da recusa, remeter os autos ao procurador-geral. Aplicação analógica do art. 28 do CPP.

– No caso dos autos, os argumentos de rejeição feitos pelo Ministério Público foram acatados pelo TRE/PI, e, assim, não há que se falar em remessa dos autos ao procurador-geral eleitoral, como pretendem os agravantes, visto que essa possibilidade apenas subsiste no caso de o Tribunal rejeitar os motivos oriundos da Procuradoria Regional para não conceder a medida. Ademais, inaplicabilidade, no caso, do art. 28 do CPP.

– Esta Corte tem entendido que, para a configuração do crime descrito no art. 299 do CE, é necessário o dolo específico que exige o tipo penal, qual seja, a finalidade de obter ou dar voto ou prometer abstenção, o que, na hipótese, ficou comprovado, assim como a autoria e a materialidade do crime.

– Agravo regimental que não ataca os fundamentos da decisão impugnada. Reiteração dos argumentos do recurso especial.

– Agravo regimental desprovido.

DJ de 27.3.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.875/PR

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Agravo regimental. Recurso especial. Propaganda irregular. Estacionamento pago. Estabelecimento comercial. Propriedade particular de acesso público. Bem de uso comum, para fins eleitorais. Art. 37 da Lei nº 9.504/97. Descumprimento de notificação judicial para a retirada da propaganda. Redução da multa aplicada. Inviabilidade. Reexame de provas. Agravo que não infirma os fundamentos da decisão impugnada.

– Para fins eleitorais, os bens particulares que têm acesso público, são considerados bens de uso comum, nos termos do art. 14, § 1º, da Res.-TSE nº 21.610/2004, dentre eles incluído o estacionamento pago.

– Descumprida a notificação para a retirada da propaganda do local, não há como afastar a imposição

da multa prevista no art. 14, § 7º, da Res.-TSE nº 21.610/2004.

– Este Tribunal já decidiu ser incabível a redução da multa aplicada, quando fundamentada a decisão que fixa o seu valor (Ac. nº 21.656/PR, DJ de 15.10.2004, rel. Min. Peçanha Martins).

– É inviável o reexame de provas em sede de recurso especial.

– Os fundamentos da decisão agravada devem ser especificamente infirmados, sob pena de subsistirem suas conclusões.

– Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 27.3.2007.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 1.239/PB

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Agravo regimental. Recurso ordinário. Registro de candidato. Deputado estadual. Inelegibilidade. Art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº 64/90. Contas. Convênio. Ação desconstitutiva. Obtenção. Tutela antecipada. Revogação. Posterioridade do pleito.

1. Nas Eleições de 2006, o Tribunal Superior Eleitoral implementou sua jurisprudência quanto à inelegibilidade do art. 1º, I, g, da LC nº 64/90, passando a exigir pronunciamento judicial ou administrativo que suspenda os efeitos da decisão de rejeição de contas.

2. Dada a inovação jurisprudencial sucedida no curso do processo eleitoral, esta Corte passou a admitir, em relação a esse pleito, as decisões obtidas posteriormente ao pedido de registro de candidatura.

3. A revogação de tutela antecipada que suspendeu os efeitos de decisão de rejeição de contas, ocorrida após a realização do pleito, à proclamação dos eleitos e às vésperas da diplomação, não tem o condão de alterar a situação do candidato que concorreu na eleição já respaldado pela referida tutela.

Agravo regimental a que se nega provimento.

DJ de 27.3.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5.677/RS

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Embargos de declaração. Pedido de efeitos modificativos. Reapreciação da causa. Impossibilidade. Agravo de instrumento. Defeito de formação. Transcrição dos termos da peça faltante. Insuficiência. – Os embargos de declaração não se prestam para a reapreciação da causa.

– A mera transcrição dos termos que estariam contidos nos embargos opostos do acórdão regional não é suficiente para suprir o defeito de formação do agravo de instrumento.

– Faltou, na formação do instrumento, cópia da petição dos embargos declaratórios, que é peça essencial para

sua regularidade formal (Res.-TSE nº 21.477/MG, art. 2º).

– Embargos rejeitados.

DJ de 28.3.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6.224/SP

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Embargos de declaração. Agravo regimental. Desprovemento. Omissão por não-pronunciamento de dispositivos constitucionais ventilados no regimental. Inexistência.

– Não há omissão, por falta de pronunciamento de dispositivos constitucionais ventilados em agravo regimental, quando se verifica que não houve demonstração do que teria constituído ofensa, mas apenas a indicação dos artigos.

– Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados.

DJ de 27.3.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.905/MG

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Embargos de declaração. Recurso especial. Representação. Conduta vedada. Art. 73, III, da Lei nº 9.504/97. Prazo. Escoamento. Interesse de agir. Perda. Dúvida. Contradição. Omissão. Inexistência. Objetivo. Embargante. Rediscussão. Matéria. Descabimento.

1. A representação fundada na prática de conduta descrita no art. 73, III, da Lei das Eleições deverá ser ajuizada até a realização do pleito, sob pena de perda do interesse de agir do autor.

2. Os embargos declaratórios não se prestam para promover novo julgamento da causa.

Embargos rejeitados.

DJ de 30.3.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.436/ES

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Embargos de declaração. Efeitos modificativos. Novo julgamento da causa. Impossibilidade. Defeito na representação processual. Advogado substabelecido subscritor do recurso especial. Substabelecimento genérico. Matéria nova suscitada em sustentação oral. Inexistência de omissão, obscuridade ou contradição.

– Os embargos de declaração com efeitos modificativos somente são admitidos quando se verifica a existência de omissão, contradição ou obscuridade capaz de alterar o resultado do julgamento do recurso especial.

– Não incorre em omissão o acórdão que deixa de se pronunciar sobre matéria nova suscitada em sustentação oral.

– Não havendo no instrumento de substabelecimento especificação quanto à reserva de poderes, não se pode presumir a renúncia do substabelecido, caso este continue atuando no processo. Precedente do STJ.

– Embargos rejeitados.

DJ de 28.3.2007.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 873/PA

RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI

EMENTA: Embargos de declaração. Pedido de efeitos modificativos. Recurso ordinário. Conduta vedada. Ausência do interesse de agir. Reconhecimento. Pretensão de rediscussão. Impossibilidade.

– Esta Corte, ao aplicar a questão de ordem suscitada no RO nº 748/PA (recentemente modificada por outra questão de ordem suscitada no REspe nº 25.935, rel. Min. José Delgado, decisão de 20.6.2006), não instituiu nenhum prazo decadencial, mas sim reconheceu a ausência de uma das condições da ação – o interesse de agir – nas representações fundadas em condutas vedadas.

– Não se pode falar em exercício indevido do poder legiferante, quando o que se reconhece é a ausência de uma das condições da ação.

– Os embargos não se prestam para a reapreciação da causa, que é a intenção da embargante.

– Embargos rejeitados.

DJ de 27.3.2007.

2ªs EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.974/MG

RELATOR: MINISTRO CAPUTO BASTOS

EMENTA: Segundos embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso especial. Alegação. Litispendência. Improcedência. Matéria enfrentada pelo TRE, de forma fundamentada. Violação. Dispositivos constitucionais. Não-configuração.

1. Para a caracterização da litispendência, é exigida a identidade de partes, de causa de pedir e de pedido.

2. Não há falar em violação direta ao art. 5º, incisos XXXV e LV, da Constituição Federal, na medida em que o Tribunal de origem enfrentou a questão da litispendência que envolve norma infraconstitucional. Acolhem-se, parcialmente, embargos de declaração para tão-somente aclarar matéria suscitada pelo embargante.

DJ de 27.3.2007.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 21.420/RO

RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO

EMENTA: Ação penal. Originária. Interrogatório. Não-realização. Réus presentes. Nulidade absoluta caracterizada. Recurso provido para pronunciá-la. É nulo o processo criminal em que, presentes, os réus foram condenados sem ser interrogados.

DJ de 27.3.2007.

RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 25.546/PB**RELATOR: MINISTRO CEZAR PELUSO**

EMENTA: Recurso. Apelação. Efeito devolutivo. Extensão e profundidade. Efeito translativo. Rejeição, pela sentença, de um dos pedidos, que tinha três fundamentos. Impugnação do capítulo que rejeitou tal pedido. Devolução do conhecimento de todos os três fundamentos. Não-conhecimento pelo Tribunal. Inadmissibilidade. Provimento parcial ao recurso para que deles conheça o TRE. Precedentes do STF e do TSE. Inteligência do art. 515 e §§ do CPC. Rejeitado, na sentença, um dos pedidos que tenha mais de um fundamento, a impugnação desse capítulo decisório em apelação devolve ao Tribunal o conhecimento de todos os fundamentos do pedido rejeitado.

DJ de 30.3.2007.**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 26.118/MG****RELATOR: MINISTRO GERARDO GROSSI**

EMENTA: Recurso especial. Representação. TRE. Reforma. Sentença monocrática. Cassação de diplomas. Multa. Prefeito e vice-prefeito. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Renovação eleições. Art. 224 do CE. Alegações. Inobservância. Prazo. Cinco dias. Ajuizamento. Representação. Captação ilícita de sufrágio. Inaplicabilidade. Exclusividade. Prazo processual. Condutas vedadas. Art. 73 da Lei nº 9.504/97. Litispêndência. Representação e RCEd. Inocorrência. Impossibilidade. Aferição. Potencialidade. Captação de votos. Ausência. Dissídio Jurisprudencial.

Conduta ilícita. Doação. Dinheiro. Objetivo. Abstenção. Exercício. Voto. Comportamento. Subsunção. Art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Previsão. Conduta. Art. 299 do Código Eleitoral. Aplicação. Analogia.

1. A representação prevista na Lei nº 9.504/97, a ação de impugnação de mandato eletivo, a ação de investigação judicial eleitoral e o recurso contra expedição de diploma são autônomos, possuem requisitos legais próprios e conseqüências distintas.

2. Está pacificado nesta Corte que não se aplica o prazo de 5 (cinco) dias para ajuizamento de representações nas hipóteses de captação ilícita de sufrágio, restringindo-se tal prazo às representações por condutas vedadas (art. 73 da Lei nº 9.504/97).

3. É incabível aferir a potencialidade lesiva em se tratando da prática de captação ilícita de sufrágio.

4. Se a conduta imputada está tipificada no art. 299 do CE, no qual “obter ou dar voto” e “conseguir ou prometer abstenção” são fins equiparados, que decorrem da ação de “dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem”, é lícito ao intérprete do art. 41-A da Lei nº 9.504/97, por analogia, entender que ali, se cogita, também, da dádiva de dinheiro em troca de abstenção.

5. O prequestionamento exige que os temas postos no recurso especial tenham sido objeto de debate e deliberação prévios pelo Tribunal Regional.

6. Dissídio jurisprudencial não comprovado ante a ausência de similitude fática entre os paradigmas indicados e a decisão recorrida.

7. Recurso especial desprovido.

DJ de 28.3.2007.**RECURSO ORDINÁRIO Nº 799/SP****RELATOR: MINISTRO GILMAR MENDES****REDATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO CEZAR PELUSO**

EMENTA: Ação de impugnação de mandato eletivo. Candidato ao cargo de deputado estadual. Doação de R\$10.000,00. Empresas de transporte coletivo municipal. Subconcessionárias de serviços públicos. Caracterização. Fonte vedada. Art. 24, III, da Lei nº 9.504/97. Irregularidade insanável. Ausência de potencialidade para influir no resultado do pleito.

Caracterizada a subconcessão, a doação representa irregularidade insanável, por força do art. 24, III, da Lei nº 9.504/97.

No entanto, a potencialidade para influenciar no resultado do pleito não restou configurada, em virtude de o valor doado ser inexpressivo se considerado o fato de se tratar da campanha eleitoral de um candidato a deputado do Estado de São Paulo, o qual se elegeu com 86.901 votos.

Recurso desprovido.

DJ de 30.3.2007.**REPRESENTAÇÃO Nº 763/DF****RELATOR: MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA**

EMENTA: Propaganda partidária. Promoção pessoal. Filiado a partido diverso. Desvirtuamento. Instituição unilateral. Cobrança. Anualidade. Diretório regional. Irregularidade. Composição. Comissão executiva e diretório nacional. Matéria *interna corporis*. *Decadência*. Extinção do processo. Arquivamento da representação.

A competência para apreciar matéria *interna corporis* dos partidos políticos é da Justiça Comum, e não desta Justiça especializada.

A representação pela prática de propaganda partidária irregular pode ser ajuizada até o semestre seguinte à divulgação do programa impugnado, tendo em vista o disposto no art. 45, § 2º, da Lei nº 9.096/95, sob pena de se operar a decadência.

DJ de 27.3.2007.**REPRESENTAÇÃO Nº 1.332/AP****RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO**

EMENTA: Representação ajuizada como substitutivo de recurso próprio. Impossibilidade. Precedentes. Restrição do art. 97, parágrafo único, da Lei nº 9.504/97. Não-atendimento. Norma apontada como violada que não se encontra em lei, mas em resolução do Tribunal. Inadequação da via eleita caracterizada. Não-conhecimento.

1. O caso dos autos foi decidido recentemente por esta Corte no julgamento do agravo regimental no RO nº 1.356. Na ocasião, o Plenário, à unanimidade, acolheu o voto por mim proferido, que apontava:

“Na verdade, sob o artifício de se tratar de matéria de ordem pública, busca a agravante afastar a intempestividade de seu próprio recurso especial, além de intentar o conhecimento de apelo de outro interessado, cuja desistência foi homologada com a anuência da parte contrária (v. fl. 214).”

2. Nestes autos, insistindo na tese de se tratar de matéria de ordem pública, a Coligação Amapá Forte busca utilizar-se desta representação como substitutivo de recurso próprio. A jurisprudência do TSE, todavia, tem rejeitado tal postura. Confira-se:

“Representação. Participação. Candidato. Debate. Decisão do TRE. Substituição. Recurso próprio. (...)

Havendo decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral sobre a participação do candidato no debate envolvendo candidaturas estaduais, incabível a representação aforada no Tribunal Superior Eleitoral em substituição ao recurso próprio.

Representação não conhecida.” (Rp nº 573, rel. Min. Caputo Bastos, publicado na sessão de 4.10.2002.)

3. No mesmo sentido, *mutatis mutandis*, o AgRg na Rp nº 317, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 5.6.2001 e o parecer do Ministério Público Eleitoral.

4. Há, ainda, óbice adicional ao conhecimento da representação. O art. 97, parágrafo único, da Lei nº 9.504/97 é explícito ao asseverar que a representação será dirigida ao Tribunal Superior Eleitoral apenas no caso do descumprimento das suas disposições por Tribunal Regional Eleitoral.

5. No caso concreto, o dispositivo cujo descumprimento se aponta não está na Lei nº 9.504/97, mas em resolução do Tribunal Superior Eleitoral, não restando atendido, portanto, o requisito posto no parágrafo único do art. 97 do citado diploma legal.

6. Inadequação da via eleita caracterizada.

7. Representação não conhecida.

DJ de 27.3.2007.

**RESOLUÇÃO Nº 20.560, DE 29.2.2000
CONSULTA Nº 568/DF**

RELATOR: MINISTRO EDUARDO RIBEIRO

EMENTA: Revisão de eleitorado. Eleitor no exterior. As repartições consulares atuam no processo de votação como estabelecido no Código Eleitoral, não havendo como o Tribunal Superior Eleitoral ampliar aquelas atribuições.

DJ de 27.3.2007.

RESOLUÇÃO Nº 22.517, DE 13.3.2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.632/AC

RELATOR: MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

EMENTA: Processo administrativo. TRE/AC. Consulta. Procurador regional eleitoral auxiliar. Forma de remuneração. Precedentes do TSE. Equiparação. Matéria administrativa. Não-conhecimento.

1. O TSE não conhece de consulta em matéria administrativa de competência das cortes regionais.

DJ de 28.3.2007.

RESOLUÇÃO Nº 22.518, DE 13.3.2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.794/DF

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Processo administrativo. Consulta. Juiz substituto designado como juiz auxiliar. Remuneração. Acúmulo da gratificação eleitoral com a gratificação de representação (jeton). Matéria administrativa *interna corporis*. Competência da Presidência do Tribunal. Não-conhecimento.

DJ de 30.3.2007.

RESOLUÇÃO Nº 22.519, DE 15.3.2007

PETIÇÃO Nº 2.456/DF

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Petição. Partido político. Incorporação do PAN ao PTB. Pedido de averbação. Art. 29 da Lei nº 9.096/95. Cumprimento das formalidades legais. Deferimento.

1. A insurgência dos representantes do PAN contra a validade das convenções partidárias, como bem ressaltado pelo Ministério Público Eleitoral, é questão *interna corporis* a ser dirimida pela Justiça Comum.

2. Atendidos os requisitos dos arts. 29 da Lei nº 9.096/95 e 47 da Res.-TSE nº 19.406/95, defiro o pedido de averbação da incorporação do Partido dos Aposentados da Nação (PAN) ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

DJ de 28.3.2007.

RESOLUÇÃO Nº 22.522, DE 20.3.2007

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.776/MT

RELATOR: MINISTRO JOSÉ DELGADO

EMENTA: Processo administrativo. Consulta. Remanejamento de zona eleitoral. Chefia de cartório eleitoral. Gratificação. Natureza de *pro-labore*. Art. 14 da Res.-TSE nº 21.832/2004. Matéria administrativa. Competência do Tribunal Regional. Não-conhecimento.

Não se conhece de consulta formulada por Tribunal Regional Eleitoral pertinente a matéria de natureza administrativa de sua competência. Precedente: PA nº 19.632/AC, rel. Min. Carlos Ayres Britto, sessão de 13.3.2007.

DJ de 30.3.2007.

DESTAQUE

RESOLUÇÃO Nº 22.193, DE 11.4.2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.297/PR
RELATOR: MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS

Medida de segurança. Suspensão de direitos políticos. Natureza condenatória. Possibilidade.

Não obstante tratar-se de sentença absolutória imprópria, a decisão que impõe medida de segurança ostenta natureza condenatória, atribuindo sanção penal, razão por que enseja suspensão de direitos políticos nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, responder à indagação, nos termos do voto do relator.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.
Brasília, 11 de abril de 2006.

Ministro GILMAR MENDES, presidente – Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, relator.

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS: Senhor Presidente, a Corregedoria Regional Eleitoral do Estado do Paraná submete à apreciação da Corregedoria-Geral a situação de suspensão de direitos políticos do eleitor Jakson Luiz dos Santos, ao qual foi aplicada medida de segurança em ação penal instaurada pela prática de homicídio.

O juízo da 176ª ZE/PR, onde é inscrito o eleitor, entendeu pela propriedade da suspensão dos direitos políticos, fundamentando assim sua sentença:

“Inobstante possa parecer que para a suspensão de direitos políticos o juiz eleitoral deva levar em conta apenas a sentença penal condenatória transitada em julgado, não se pode olvidar as sentenças absolutórias impróprias, com aplicação de medidas de segurança que, em sentido amplo, não deixam de constituir sanções penais traduzidas em providências de cunho ou finalidade exclusivamente preventivo, mercê da periculosidade do agente. Ontologicamente, a medida de segurança e a pena são iguais, distinguindo-se em relação ao seu fundamento de aplicação: culpabilidade para a pena e periculosidade para a medida de segurança. Daí que, para fins de suspensão de direitos políticos, há a necessidade de aplicação dos mesmos critérios”.

Em seu pronunciamento, a Procuradoria-Geral opinou, com base na doutrina existente, no sentido da possibilidade de suspensão de direitos políticos das pessoas condenadas

e que tenham que cumprir pena por medida de segurança. É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO FRANCISCO PEÇANHA MARTINS (relator): Senhor Presidente, a questão a ser analisada nestes autos cinge-se a estar ou não a medida de segurança abrangida pela expressão “condenação criminal transitada em julgado”, contida no art. 15 da Constituição Federal, que veda a cassação de direitos políticos e excepciona as hipóteses ensejadoras de perda e suspensão.

A Res.-TSE nº 21.538/2003, que trata, entre outros assuntos, da anotação de suspensão de direitos políticos no histórico de inscrições eleitorais, é silente sobre a matéria.

A doutrina, entretanto, é convergente no que diz respeito à natureza condenatória da medida de segurança, como se pode extrair das palavras de Fernando da Costa Tourinho Filho:¹

“A absolutória imprópria é aquela em que, sem embargo da absolvição, impõe medida de segurança, tal como previsto no art. 386, parágrafo único, III, do CPP. Em rigor, tal decisão é condenatória, porquanto, no *decisum*, o órgão jurisdicional impõe a medida de segurança que não deixa de ser, a despeito de sua finalidade, um *sanctio juris*, prevista pela ordem jurídico-penal”.

No mesmo entendimento, Júlio Fabbrini Mirabete² afirma que

“Condenação é o ato do juiz através do qual impõe uma sanção penal ao sujeito ativo de uma infração. Produz ela, como efeito principal, a imposição de penas para os imputáveis, ou, eventualmente, medida de segurança para os semi-imputáveis, e, como efeitos secundários, consequências de natureza penal ou extrapenal. Entre estes, efeitos civis, administrativos, políticos e trabalhistas”.

Marcos Ramayana, em artigo intitulado *Perda e Suspensão de Direitos Políticos*³, citando Frederico Marques, afirma:

“Trata-se de verdadeira condenação, inclusive dando causa a execução forçada (título penal

¹Prática de Processo Penal, Saraiva, 2003, p. 436.

²Manual de Direito Penal, Atlas, 2000, v. 1, p. 343.

³www.ramayana.pro.br/artigos/perda.htm

executório). Ora, não é pelo rótulo que se identifica a *ratio essendi* de instituto jurídico, mas pela análise da sistemática. Se a medida de segurança é imposta (art. 96 do Código Penal) aos inimputáveis e semi-imputáveis, sendo suas espécies detentiva e restritiva, sujeitando o paciente a internação hospitalar e acompanhamento por médico psiquiatra ou a tratamento ambulatorial, é inegável que é uma forma de sanção penal”.

De fato, não há razão em deixar de atribuir ao apenado com medida de segurança este efeito acessório da sentença, mesmo porque, à vista do que dispõe o art. 183 da Lei de Execução Penal, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por medida de segurança no decorrer de seu cumprimento, caso o sentenciado venha a ser vítima de doença mental superveniente.

Nesse caso, não me pareceria adequado fossem restabelecidos os direitos políticos tão-somente em virtude da comutação da pena.

Assim, meu voto é no sentido de reconhecer, na espécie, como apropriada a suspensão de direitos políticos de pessoa apenada com medida de segurança.

PEDIDO DE VISTA

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:
Senhor Presidente, peço vista dos autos.

VOTO (VISTA)

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: A Corregedoria Regional Eleitoral do Paraná solicitou à Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE) pronunciamento acerca da adequação da decisão proferida pelo juízo da 176ª Zona Eleitoral da circunscrição do Paraná, nos autos do Processo Administrativo nº 162/2003, que determinou a suspensão dos direitos políticos de eleitor ao qual foi aplicada medida de segurança, tendo em vista que se trata de hipótese não contemplada nas orientações da CGE e deste Tribunal Superior Eleitoral, “que só se manifestaram quanto à aptidão da condenação criminal transitada em julgado para suspender os direitos políticos” (fl. 2).

Consta da sentença do juízo eleitoral (cópia juntada à fl. 10) que o eleitor Jakson Luiz dos Santos, ao ser absolvido em ação penal instaurada pela prática de homicídio (art. 121, c.c. o art. 61, II, *e*, do Código Penal⁴), recebeu a aplicação

de medida de segurança para tratamento ambulatorial. Colho trechos que bem representam os fundamentos da referida decisão:

“O inciso III, do art. 15, da Constituição Federal, assinala que a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, constitui-se num dos casos de suspensão de direitos políticos. Tal circunstância também está prevista na Lei de Inelegibilidade, relativamente aos crimes listados na alínea *e*, inciso I, de seu art. 1º, bem como no art. 51 da Res. nº 20.132/98 do colendo Tribunal Superior Eleitoral.

Inobstante possa parecer que para a suspensão de direitos políticos o juiz eleitoral deva levar em conta apenas a sentença penal condenatória transitada em julgado, não se pode olvidar as sentenças absolutórias impróprias, com a aplicação de medidas de segurança que, em sentido amplo, não deixam de constituir sanções penais traduzidas em providências de cunho ou finalidade exclusivamente preventivo, mercê da periculosidade do agente. Ontologicamente, a medida de segurança e a pena são iguais, distinguindo-se em relação ao seu fundamento de aplicação: culpabilidade para a pena e periculosidade para a medida de segurança. Daí que, para fins de suspensão de direitos políticos, há a necessidade de aplicação dos mesmos critérios.

(...)

Destarte, ciente do contido no ofício antes mencionado, tenho por suspensos os direitos políticos de Jakson Luiz dos Santos, Inscrição Eleitoral nº 71997590680, nascido em 4.1.79, filho de Luiz Carlos dos Santos e de Nanci Aparecida Dal Pozzo dos Santos, enquanto perdurarem os efeitos da medida de segurança lhe aplicada”.

Na Informação nº 515/2004, a CGE, considerando a inexistência de regulamentação e a singularidade da matéria, sugeriu que ela fosse submetida à análise do Ministério Público Eleitoral (fls. 12-15).

A Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) manifestou-se pela possibilidade da suspensão dos direitos políticos das pessoas que tenham que cumprir medida de segurança (fls. 20-24), *verbis*:

“Não vemos razão para somente os condenados a pena privativa de liberdade sofrerem a sanção de suspensão dos direitos políticos, já que o inciso III do art. 15 da Lei Magna, reza:

‘Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.’

⁴“Art 121. Matar alguém:
Pena – Reclusão, de seis a vinte anos.
[...]”.

“Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.84).

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.84)

[...]

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

[...]”.

No caso da pena comutada em medida de segurança, nada impede a aplicação da suspensão dos direitos políticos, que será cumprida durante o período de suspensão das atividades do representado.

(...)

(...) face a doutrina existente em nosso sistema, bem como as centenas de condenações de pessoas com deficiência mental, não vemos como excluir as mesmas da suspensão dos direitos políticos, já que, ontologicamente, não há qualquer razão para excluir uns e deixar que a pena se aplique somente aos demais.

Posto isto, a Procuradoria-Geral Eleitoral opina que deva ser respondida à consulta, no sentido de que é possível a suspensão dos direitos políticos das pessoas condenadas e que tenham que cumprir pena por medida de segurança”.

Levados os autos a julgamento na sessão de 25.11.2004, o Ministro Peçanha Martins, relator, respondendo à consulta, reconheceu ser “[...] apropriada a suspensão de direitos políticos de pessoa apenada com medida de segurança”. Considerou não haver razão para que esse efeito acessório da sentença não fosse aplicado a pessoas nessa condição, tendo em vista o disposto no art. 183 da Lei de Execução Penal, que permite a substituição da pena privativa de liberdade pela medida de segurança se, durante o seu cumprimento, o sentenciado for acometido de doença mental.

Na sequência, pedi vista para melhor apreciar o caso.

Feita a síntese dos fatos, passo a decidir.

De fato, o art. 15 da Constituição⁵ não positivou de forma expressa a situação dos direitos políticos daqueles que, por falta de higidez mental, são submetidos a medidas de segurança.

A Constituição, ao prescrever a regra geral da vedação da cassação de direitos políticos, estabelece também os casos de perda e suspensão desses direitos. E a expressão “só se dará nos casos de” indica que o elenco de incisos do art. 15 constitui um rol taxativo de hipóteses excepcionais de perda ou suspensão de direitos políticos, insuscetível, à primeira vista, de ampliação.

Leve-se em conta, ainda, que a regra constitucional e suas exceções, ao se conformarem como garantias de direitos fundamentais de caráter político, compõem o núcleo das chamadas cláusulas de imutabilidade ou garantias de eternidade e, dessa forma, exigem interpretação restritiva, impedindo a construção de qualquer

sentido normativo do texto que vise a limitar ou anular o pleno exercício da cidadania política.

Nesse sentido, essa aparente lacuna constitucional torna-se obstáculo, em princípio, a qualquer tentativa de se incluir na Constituição mais uma hipótese de perda ou suspensão de direitos políticos.

A reflexão sobre o caso em análise, porém, avivou-me a memória para o “pensamento do possível”, na reflexão de Gustavo Zagrebelsky sobre o *ethos* da Constituição na sociedade moderna. Diz aquele eminente professor italiano no seu celebrado trabalho sobre o direito dúctil – *il diritto mite*:

“As sociedades pluralistas atuais – isto é, as sociedades marcadas pela presença de uma diversidade de grupos sociais com interesses, ideologias e projetos diferentes, mas sem que nenhum tenha força suficiente para fazer-se exclusivo ou dominante e, portanto, estabelecer a base material da soberania estatal no sentido do passado – isto é, as sociedades dotadas em seu conjunto de um certo grau de relativismo, conferem à Constituição não a tarefa de estabelecer diretamente um projeto predeterminado de vida em comum, senão a de realizar as condições de possibilidade da mesma” (Zagrebelsky, *El Derecho Dúctil. Ley, derechos, justicia*. Trad. de Marina Gascón. 3. ed. Edt. Trotta S/A, Madrid, 1999. p. 13).

Em seguida, observa aquele eminente professor:

“No tempo presente, parece dominar a aspiração a algo que é conceitualmente impossível, porém altamente desejável na prática: a não-prevalência de um só valor e de um só princípio, senão a salvaguarda de vários simultaneamente. O imperativo teórico da não-contradição – válido para a *scientia juris* – não deveria obstaculizar a atividade própria da *jurisprudencia* de intentar realizar positivamente a ‘concordância prática’ das diversidades, e inclusive das contradições que, ainda que assim se apresentem na teoria, nem por isso deixam de ser desejáveis na prática. ‘Positivamente’: não, portanto mediante a simples amputação de potencialidades constitucionais, senão principalmente mediante prudentes soluções acumulativas, combinatórias, compensatórias, que conduzam os princípios constitucionais a um desenvolvimento conjunto e não a um declínio conjunto (Zagrebelsky, *El Derecho Dúctil*, cit., p. 16).

Por isso, conclui que o pensamento a ser adotado, predominantemente em sede constitucional, há de ser o “pensamento do possível”. Leio, ainda, esta passagem desse notável trabalho:

“Da revisão do conceito clássico de soberania (interna e externa), que é o preço a pagar pela

⁵Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.”

integração do pluralismo em uma única unidade possível – uma unidade dúctil, como se afirmou – deriva também a exigência de que seja abandonada a soberania de um único princípio político dominante, de onde possam ser extraídas, dedutivamente, todas as execuções concretas sobre a base do princípio da exclusão do diferente, segundo a lógica do *aut-aut*, do ‘ou dentro ou fora’. A coerência ‘simples’ que se obteria deste modo não poderia ser a lei fundamental intrínseca do direito constitucional atual, que é, precipuamente, a lógica do *et-et* e que contém por isso múltiplas promessas para o futuro. Neste sentido, fala-se com acerto de um ‘modo de pensar do possível’ (*Möglichkeitsdenken*), como algo particularmente adequado ao direito do nosso tempo. Esta atitude mental ‘possibilista’ representa para o pensamento o que a ‘concordância prática’ representa para a ação” (Zagrebelsky, *El Derecho Dúctil*, cit., p. 17).

Em verdade, talvez seja Peter Häberle o mais expressivo defensor dessa forma de pensar o direito constitucional nos tempos hodiernos, entendendo ser o “pensamento jurídico do possível” expressão, consequência, pressuposto e limite para uma interpretação constitucional aberta (Häberle, P. *Demokratische Verfassungstheorie im Lichte des Möglichkeitsdenken*, in: *Die Verfassung des Pluralismus*, Königstein/TS, 1980, p. 9).

Nessa medida, e essa parece ser uma das importantes consequências da orientação perfilhada por Häberle, “uma teoria constitucional das alternativas” pode converter-se numa “teoria constitucional da tolerância” (Häberle, *Die Verfassung des Pluralismus*, cit., p. 6). Daí perceber-se também que “alternativa enquanto pensamento possível afigura-se relevante, especialmente no evento interpretativo: na escolha do método, tal como verificado na controvérsia sobre a tópica enquanto força produtiva de interpretação” (Häberle, *Die Verfassung des Pluralismus*, cit., p. 7).

A propósito, anota Häberle:

“O pensamento do possível é o pensamento em alternativas. Deve estar aberto para terceiras ou quartas possibilidades, assim como para compromissos. Pensamento do possível é pensamento indagativo (*fragendes Denken*). Na *res publica* existe um *ethos* jurídico específico do pensamento em alternativa, que contempla a realidade e a necessidade, sem se deixar dominar por elas. O pensamento do possível ou o pensamento pluralista de alternativas abre suas perspectivas para ‘novas’ realidades, para o fato de que a realidade de hoje poder corrigir a de ontem, especialmente a adaptação às necessidades do tempo de uma visão normativa, sem que se considere o novo como o melhor” (Häberle, *Die Verfassung des Pluralismus*, cit., p. 3).

Nessa linha, observa Häberle, “para o estado de liberdade da *res publica* afigura-se decisivo que a liberdade de alternativa seja reconhecida por aqueles que defendem determinadas alternativas”. Daí ensinar que “não existem apenas alternativas em relação à realidade, existem também alternativas em relação a essas alternativas” (Häberle, *Die Verfassung des Pluralismus*, cit., p. 6).

O pensamento do possível tem uma dupla relação com a realidade. Uma é de caráter negativo: o pensamento do possível indaga sobre o também possível, sobre alternativas em relação à realidade, sobre aquilo que ainda não é real. O pensamento do possível depende também da realidade em outro sentido: possível é apenas aquilo que pode ser real no futuro (*Möglich ist nur was in Zukunft wirklich sein kann*). É a perspectiva da realidade (futura) que permite separar o impossível do possível (Häberle, *Die Verfassung des Pluralismus*, cit., p. 10).

Lembro que a idéia de um “pensamento do possível” já não é novidade para esta Corte Eleitoral. No julgamento do PA nº 18.483, de minha relatoria – a respeito do alistamento eleitoral e do voto dos cidadãos que apresentam deficiências que praticamente tornam impossível ou extremamente oneroso o exercício de suas obrigações eleitorais –, proferi voto fundamentado no pensamento do possível, para fixar que o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, legitima a extensão do direito assegurado aos maiores de 70 anos e às pessoas portadoras de deficiência nas condições referidas.

Feitas essas necessárias digressões, o caso em análise também está a cobrar, a meu ver, a adoção de um típico “pensamento do possível”. Em outros termos – valendo-nos da lição de Scheuner, citada por Häberle –, se quiser preservar a força regulatória em uma sociedade pluralista, a Constituição não pode ser vista como texto acabado ou definitivo, mas sim como “projeto” (“*Entwurf*”) em contínuo desenvolvimento (Häberle, *Die Verfassung des Pluralismus*, cit., p. 4).

Nesse sentido, deve-se indagar sobre o *ethos* constitucional que fundamenta as hipóteses de perda ou suspensão de direitos políticos.

O texto constitucional prevê, no art. 15, inciso II, que a incapacidade civil absoluta é causa de suspensão de direitos políticos. O inciso III, por seu turno, estabelece a hipótese de suspensão no caso da condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Apesar da similitude dos temas, em nenhum dos casos existe, como se vê, menção expressa à perda ou suspensão de direitos políticos daqueles cidadãos que, processados e julgados pelo cometimento de infrações penais, são submetidos a medidas de segurança, por padecerem de deficiente estado psicológico.

Todavia, cabe questionar se o fato de o texto constitucional não ter contemplado expressamente esta hipótese representa obstáculo intransponível para que o Tribunal, diante do problema, identifique, na linha do pensamento do possível, o substrato axiológico das hipóteses de perda ou suspensão de direitos políticos e,

num exercício de mediação entre realidade e necessidade, encontre as alternativas prospectivamente indicadas pela Constituição para a solução dos casos deixados *em aberto* no momento de sua germinação.

Assim, a questão também poderia ser vista de uma outra perspectiva: a da *lacuna da Constituição*.

Nesse sentido, permito-me trazer à colação interessante caso julgado pela Corte de Cassação da Bélgica, mencionado por Perelman em *Lógica Jurídica*. Anota Perelman:

“Durante a guerra de 1914-1918, como a Bélgica estava quase toda ocupada pelas tropas alemãs, com o rei e o governo belga no Havre, o rei exercia sozinho o Poder Legislativo, sob forma de decretos-leis.

‘A impossibilidade de reunir as câmaras, em consequência da guerra, impedia incontestavelmente que se respeitasse o art. 26 da Constituição (o Poder Legislativo é exercido coletivamente pelo rei, pela Câmara dos Representantes e pelo Senado). Mas nenhum dispositivo constitucional permitia sua derrogação, nem mesmo em circunstâncias tão excepcionais. O art. 25 enuncia o princípio de que os poderes ‘são exercidos da maneira estabelecida pela Constituição’, e o art. 130 diz expressamente que ‘a Constituição não pode ser suspensa nem no todo nem em parte.’ (A. Vanwelkenhuyzen, De quelques lacunes du droit constitutionnel belge, em *Le problème des lacunes en droit*, p. 347).

Foi com fundamento nestes dois artigos da Constituição que se atacou a legalidade dos decretos-leis promulgados durante a guerra, porque era contrária ao art. 26 que precisa como se exerce o Poder Legislativo.

(...)” (Perelman, Chaïm. *Lógica Jurídica*, trad. Vergínia K. Pupi. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2000, p. 105).

Perelman responde à indagação sobre a legitimidade da decisão da Corte, com base nos argumentos do procurador-geral Terlinden. É o que se lê na seguinte passagem do seu trabalho:

“Como pôde a Corte chegar a uma decisão manifestamente contrária ao texto constitucional? Para compreendê-lo, retomemos as conclusões expostas antes do aresto pelo procurador-geral Terlinden, em razão de seu caráter geral e fundamental.

‘Uma lei sempre é feita apenas para um período ou um regime determinado. Adapta-se

às circunstâncias que a motivaram e não pode ir além. Ela só se concebe em função de sua necessidade ou de sua utilidade; assim, uma boa lei não deve ser intangível pois vale apenas para o tempo que quis reger. A teoria pode ocupar-se com abstrações. A lei, obra essencialmente prática, aplica-se apenas a situações essencialmente concretas. Explica-se assim que, embora a jurisprudência possa estender a aplicação de um texto, há limites a esta extensão, que são atingidos toda vez que a situação prevista pelo autor da lei venha a ser substituída por outras fora de suas previsões.

Uma lei – constituição ou lei ordinária – nunca estatui senão para períodos normais, para aqueles que ela pode prever.

Obra do homem, ela está sujeita, como todas as coisas humanas, à força dos acontecimentos, à força maior, à necessidade.

Ora, há fatos que a sabedoria humana não pode prever, situações que não pôde levar em consideração e nas quais, tornando-se inaplicável a norma, é necessário, de um modo ou de outro, afastando-se o menos possível das prescrições legais, fazer frente às brutais necessidades do momento e opor meios provisórios à força invencível dos acontecimentos.’ (Vanwelkenhuyzen, *Le problème des lacunes en droit*, cit., pp. 348-349.)

(...)” (Perelman, *Lógica Jurídica*, cit., p. 106).

Nessa linha, conclui Perelman:

“Se devêssemos interpretar ao pé da letra o art. 130 da Constituição, o acórdão da Corte de Cassação teria sido, sem dúvida alguma, *contra legem*. Mas, limitando o alcance deste artigo às situações normais e previsíveis, a Corte de Cassação introduz uma lacuna na Constituição, que não teria estatuído para situações extraordinárias, causadas ‘pela força dos acontecimentos’, ‘por força maior’, ‘pela necessidade’” (Perelman, *Lógica Jurídica*, cit. p. 107).

Portanto, desde essa perspectiva de análise, a interpretação evolutiva do art. 15 da Constituição, no sentido de um pensamento jurídico de possibilidades, pode fornecer soluções adequadas ao problema em exame. E a resposta pode estar na identificação do *ethos* constitucional que traduzem os incisos II e III desse art. 15.

O inciso II prevê a hipótese de suspensão dos direitos políticos em virtude de incapacidade civil absoluta. Não trata o texto constitucional das hipóteses de incapacidade civil absoluta em decorrência da idade, no caso dos menores de 16 anos (inciso I do art. 3º do Código Civil),

que não são cidadãos politicamente ativos. A suspensão apenas se aplica, logicamente, aos que já gozam de direitos políticos. Portanto, o inciso II abarca os cidadãos que, segundo o art. 3º do Código Civil, por enfermidade ou deficiência mental, não tenham o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Com efeito, a Constituição exclui do processo eleitoral aqueles indivíduos que, em razão da falta de idade (menores de 16 anos) ou de doença mental, não possuem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida política. Na disciplina constitucional, capacidade civil e capacidade política parecem estar estreitamente relacionadas.

Nesse sentido, entendo que a identificação da teleologia constitucional está a permitir a inclusão, dentre os casos excepcionados, daqueles cidadãos submetidos a medidas de segurança.

A propósito da medida de segurança, confirmam-se no Código Penal os seguintes dispositivos:

“Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Redução de pena

Parágrafo único. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

[...]

Art. 96. As medidas de segurança são:

I – internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado;

II – sujeição a tratamento ambulatorial.

Parágrafo único. Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta.

Imposição da medida de segurança para inimputável

Art. 97. Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.

Prazo

§ 1º A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação da periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos.

[...].”

Partindo-se da disciplina legal do instituto, é possível estabelecer três requisitos para a aplicação da medida de segurança: a ofensa de um bem jurídico relevante para o direito penal, a periculosidade do sujeito ativo e a sua inimputabilidade.

Assim, o inimputável, em virtude de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que pratica uma conduta típica e ilícita receberá a absolvição; porém, ser-lhe-á aplicada a medida de segurança. Trata-se, portanto, de uma *sentença absolutória imprópria*.

A medida de segurança, no entanto, tem uma finalidade diversa da pena. Nesse sentido, recorro a lição de [Basileu Garcia](#)⁶, que, a despeito do tempo, parece harmonizar-se com o significado atual das penas e das medidas de segurança. Transcrevo:

“As medidas de segurança – são indubitavelmente, o mais importante empreendimento do Código Penal de 1940 – são, na ciência penal, tantas vezes secular, um instituto ainda muito novo. Conquanto hajam aparecido, na doutrina e nas aplicações práticas, já em fins da última centúria, só de uns anos a esta parte vêm ganhando terreno e conquistando posição de realce nas legislações.

Elas constituem meios defensivos da sociedade. Visam preservar o ambiente social da ação nefasta do delinquente. Mas – perguntar-se-á – acaso a pena também não é medida de defesa?

Nas divergências que dividem os criminalistas acerca dos fins da pena, reuniu decisivas adesões a orientação de considerá-la como um meio de defesa da sociedade, preferentemente a manifestação de castigo. Através de tal concepção dos seus fins utilitários, a pena aproxima-se bastante da medida de segurança. Os escritores, todavia, têm envidado estabelecer separação entre as duas espécies de providências, atribuindo, a cada uma das formas de reação contra o delito traços característicos próprios.

Há certa dose de artificialismo nessa tarefa, enquanto paira no plano doutrinário. Mas na concretização dos textos legislativos os dois institutos se vão distanciando, através das peculiaridades de organização que lhes são prefixadas.

Antes de se penetrar no exame dos preceitos legais, para verificar em que consistem, especialmente na legislação criminal brasileira, as distinções a assinalar, cumpre sejam indicados os aspectos diferenciais que têm sido preconizados no campo doutrinário.

Tem-se dito que a pena continua a ser um castigo, ainda que, cada vez mais, se pretenda expungir-la do caráter retributivo e expiatório.

⁶*Instituições de Direito Penal*, vol. I, tomo II, 2ª tiragem. São Paulo: Max Limonad, 1952. p. 593-597.

Embora se intente, na sua execução, evitar afligir o condenado, causar-lhe um sofrimento que o faça recebê-la como punição, na verdade a pena jamais perderá, no consenso geral, a eiva de paga do mal pelo mal, *malum passionis quod infligitur ob malum acionis*. Ora, em contraposição, as medidas de segurança não traduzem castigo. Foram instituídas ao influxo do pensamento da defesa coletiva, atendendo à preocupação de prestar ao delinqüente uma assistência reabilitadora.

À pena – acrescenta-se – invariavelmente se relaciona um sentimento de reprovação social, mesmo porque se destina a punir, ao passo que às medidas de segurança não se volta a pública animadversão, exatamente porque não representam senão meios assistenciais e de cura do indivíduo perigoso, para que possa readaptar-se à coletividade.

As penas são proporcionadas à gravidade do delito. Quer na sua fase cominatória, nos textos abstratos da lei, quer na sua fase de aplicação pelo juiz, existe relativa proporcionalidade entre a maior ou menor potencialidade lesiva da infração e a respectiva pena. Ao revés, no que concerne às medidas de segurança, não há indeclinável relação entre o delito e a maior ou menor intensidade de tais medidas, que, sob a influência de um critério estritamente subjetivista, se proporcionam tão-só à periculosidade do criminoso. Este pode ser indivíduo deveras temível e ter praticado infração insignificante. Nem por isso estará livre de medida de segurança das mais rigorosas, com restrição a um dos seus mais valiosos bens jurídicos – nomeadamente a liberdade.

[...]

O esteio menos inseguro da distinção parece que se reduz a que é exclusivamente a periculosidade do criminoso que decide da aplicação das medidas de segurança, enquanto na pena se tem em vista o crime em si mesmo, nos seus dois elementos – objetivo e psíquico: a materialidade do fato e culpabilidade”.

Infere-se, pois, que a medida de segurança tem o sentido de prevenção geral em face da periculosidade do agente inimputável. É ela providência de natureza cautelar do Estado, o qual, impossibilitado de apenar o infrator da ordem jurídica penal, submete-o a tratamento curativo, limitando os direitos individuais deste em prol do bem-estar coletivo.

Com isso, é possível também concluir que não apenas a capacidade civil, mas também a imputabilidade ou capacidade de culpabilidade penal, está estritamente relacionada à capacidade política.

Sobre a imputabilidade ou aptidão para ser culpável, colho trechos das magistrais lições de Aníbal Bruno⁷, *verbis*:

“Sendo a imputabilidade o elemento que se destaca desde logo na estrutura da culpabilidade, admitida mesmo, por muitos, como o seu pressuposto, se ela falta ou se mostra imperfeita, por ausência ou debilidade dos seus componentes, com ela se exclui ou se atenua a culpabilidade e, portanto, a responsabilidade penal.

É o que acontece nos indivíduos imaturos e naqueles que se encontram sob a ação de um processo biológico que lhes altera, de modo permanente ou transitório, as funções psíquicas e determina a perda ou suspensão da capacidade normal de entendimento e vontade exigida pelo direito punitivo. Desses indivíduos uns são normais, como os menores, que não atingiram ainda o grau de desenvolvimento em que se completa aquela capacidade de entender e querer, ou aqueles que se encontram transitoriamente em estado, patológico ou não, de suspensão da consciência. Outros são anômalos mentais mais ou menos permanentes. Todos eles se englobam nas categorias que o nosso código designa por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Esses estados de inimputabilidade ou de imputabilidade diminuída são definidos nas legislações segundo um dos três critérios – o biológico ou psiquiátrico, o psicológico, ou o misto ou biopsicológico.

(...)

(...) recorrem as legislações modernas, em geral, ao terceiro critério, o misto ou biopsicológico, que melhor chamaríamos biopsicológico-normativo, em que a lei se refere a determinados estados anormais do espírito, restringindo o alcance dessa referência com a exigência de certas conseqüências psicológicas daqueles estados, mas, em geral, não conseqüências psicológicas puras, mas em relação com a norma de comportamento social. Podemos mencionar como sujeitos a esse critério os códigos alemão, italiano, suíço, argentino. A presença dos estados de perturbação mental determina apenas uma presunção de inimputabilidade ou uma inimputabilidade condicionada, que será julgada efetiva quando verificada realmente a ausência daqueles atributos psíquicos que compõem a imputabilidade.

Foi esse critério biopsicológico-normativo o adotado pelo nosso código. Aí os estados anômalos psíquicos que podem produzir inimputabilidade são designados como doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado e as conseqüências que eles devem produzir para que essa inimputabilidade se reconheça é a inteira incapacidade, no agente, de compreender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

⁷BRUNO, Aníbal. *Direito Penal. Parte Geral. Tomo II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; 1959, p. 129-132.

Ainda no que diz respeito à imputabilidade, é também interessante citar a síntese do pensamento clássico elaborada por César Roberto Bittencourt⁸:

“O velho Carrara nos dava uma definição lapidar sobre imputabilidade afirmando que: “A imputabilidade é o juízo que fazemos de um fato futuro, previsto como meramente possível; a imputação é o juízo de um fato ocorrido. A primeira é a contemplação de uma idéia; a segunda é o exame de um fato concreto. Lá estamos diante de um conceito puro; aqui estamos na presença de uma realidade”. Imputabilidade é a capacidade de culpabilidade, é a aptidão para ser culpável. Como afirma Muñoz Conde, “quem carece desta capacidade, por não ter maturidade suficiente, ou por sofrer de graves alterações psíquicas, não pode ser declarado culpado e, por conseguinte, não pode ser responsável penalmente pelos seus atos, por mais que típicos e antijurídicos”. Imputabilidade não se confunde com responsabilidade, que é o princípio segundo o qual a pessoa dotada de culpabilidade (imputável) deve responder por suas ações. Aliás, também nesse particular, foi feliz a Reforma Penal de 1984, ao abandonar a terminologia responsabilidade penal, equivocadamente utilizada pela redação original do Código Penal de 1940”.

Após referir que o Direito Penal brasileiro adota o sistema biopsicológico para a fixação dos critérios de inimputabilidade ou de culpabilidade diminuída, continua César Roberto Bittencourt:

“Para reconhecimento da existência de incapacidade é suficiente que o agente não tenha uma das duas capacidades: de entendimento ou de autodeterminação. É evidente que, se falta a primeira, ou seja, não tem a capacidade de avaliar os próprios atos, de valorar sua conduta, positiva ou negativamente, em cotejo com a ordem jurídica, o agente não sabe e não pode saber a natureza valorativa do ato que pratica. Faltando essa capacidade, logicamente também não tem a de autodeterminar-se, porque a capacidade de autocontrole pressupõe a capacidade de entendimento. O indivíduo controla ou pode controlar, isto é, evitar aquilo que sabe que é errado. Omite aquela conduta à qual atribui um valor negativo. Ora, se não tiver condições de fazer essa avaliação, de valorar determinada conduta como certa ou errada, conseqüentemente também não terá condições de controlar-se, de autodeterminar-se”⁹.

Como se vê, a inimputabilidade penal tem relação estreita com a incapacidade civil absoluta. Elas têm os mesmos pressupostos subjetivos: a falta de maturidade (menores de 18 anos, no caso do Direito Penal; e menores de 16 anos, no caso do Direito Civil) ou a doença mental. Por conseguinte, o indivíduo não apenas por ser inimputável penalmente guarda, no plano fático, extrema semelhança com aquele que padece de incapacidade civil absoluta.

No plano político-eleitoral, a referida semelhança também ocorre. A incapacidade para votar e ser votado atinge os cidadãos que ainda não alcançaram a maturidade – que são os menores de 16 anos, coincidente com a menoridade civil (incapacidade absoluta) – assim como os que padecem de alguma doença mental e, portanto, não possuem o discernimento necessário para a prática dos atos da vida política.

A Constituição, ao tratar desses casos de incapacidade, apenas se ateve ao âmbito civil, estabelecendo de forma expressa, precisamente no art. 15, inciso II, a possibilidade de suspensão dos direitos políticos dos cidadãos que padecem de incapacidade civil absoluta. Os casos de inimputabilidade penal, por motivo de doença mental, não estão abarcados, em princípio, pelo inciso II do art. 15.

Por outro lado, ao cuidar da seara penal, o constituinte previu apenas a hipótese de suspensão dos direitos políticos no caso de condenação criminal transitada em julgado – no art. 15, inciso III. A aplicação da medida de segurança, por advir de uma decisão *absolutória*, ainda que *imprópria*, ficou à margem da disciplina constitucional.

Estamos, assim, diante de uma *aparente lacuna constitucional*.

No entanto, se está claro, como analisado, que a teleologia constitucional é a de excluir do processo político-eleitoral todos aqueles que ainda não possuem a devida capacidade para a prática dos atos da vida política, seria um total contra-senso a interpretação desses dispositivos constitucionais que levasse ao entendimento de que os indivíduos submetidos a medidas de segurança, por debilidade mental, pudessem gozar plenamente de seus direitos políticos, podendo votar e, o que causa perplexidade, serem votados.

A interpretação constitucional guiada por um pensamento de possibilidades abre-nos novas alternativas para preencher essa aparente lacuna constitucional. O *ethos* constitucional que atua como substrato axiológico do elenco de hipóteses de suspensão dos direitos políticos legitima a interpretação extensiva dos incisos II e III do art. 15, para abranger, além dos casos expressos, aqueles em que existe absolvição criminal imprópria, com aplicação de medida de segurança aos indivíduos inimputáveis, em razão de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

⁸Manual de Direito Penal – parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. vol. 1, p. 303-305.

⁹Manual de Direito Penal – parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. vol. 1, p.306.

Ressalto, mais uma vez, que esse tipo de interpretação extensiva, em virtude da aplicação de um pensamento do possível, não é novidade para esta Corte Eleitoral. No julgamento do PA nº 18.483, o Tribunal, com base no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, deu interpretação extensiva ao art. 14, § 1º, II, para relativizar a obrigatoriedade do voto para os indivíduos que possuam deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais relativas ao alistamento e ao exercício do voto, criando, com isso, mais uma hipótese não prevista constitucionalmente.

Além disso, no julgamento do PA nº 18.391/AP (Res.-TSE nº 20.806, de 15.5.2001), embora diante da expressa previsão constitucional de que “não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos”¹⁰, o TSE excepcionou essa regra para incluir neste rol, ou seja, como não alistáveis, os índios isolados ou em vias de integração, assim considerados nos termos do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73). Discutiu-se, na hipótese, se as exigências impostas para o alistamento eleitoral, inclusive a relativa à comprovação de quitação do serviço militar ou de cumprimento de prestação alternativa, também seriam aplicáveis aos silvícolas.

Ademais, outras razões levam a esse entendimento.

A Lei de Execução Penal (art. 183¹¹), assim como o art. 41 do Código Penal, permite que o indivíduo que cumpre pena privativa de liberdade venha a ser submetido a medida de segurança em razão da superveniência de doença mental. Nesse caso, o condenado submetido a medida de segurança no curso do cumprimento da pena continuará com seus direitos políticos suspensos. Não

haveria motivo, portanto, para conceder a plenitude do exercício desses direitos apenas àqueles indivíduos aos quais a medida de segurança é aplicada no momento da prolação da sentença absolutória imprópria.

Deve-se levar em conta, ainda, que ambas as hipóteses expressas de suspensão de direitos políticos (art. 15, inciso II, incapacidade civil absoluta, e art. 15, inciso III, condenação criminal transitada em julgado) necessitam de prévia decisão judicial. Nesses casos, a suspensão dos direitos políticos é um efeito acessório ou secundário da decisão judicial, que não precisa estar nela exposto, bastando a comunicação do fato ao juiz eleitoral (art. 51 da Res.-TSE nº 21.538/2003). Com a medida de segurança não será diferente. O juízo eleitoral, ao tomar conhecimento da decisão judicial que aplica a medida de segurança, terá como suspensos os direitos políticos do eleitor.

Por essas razões, voto no sentido de que a consulta seja respondida nos seguintes termos: é legítima a suspensão dos direitos políticos dos indivíduos submetidos a medidas de segurança, tendo em vista a interpretação compreensiva do art. 15, incisos II e III, da Constituição Federal.

EXTRATO DA ATA

PA nº 19.297 – PR. Relator: Ministro Francisco Peçanha Martins – Interessada: Corregedoria Regional Eleitoral do Paraná.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, respondeu à indagação, nos termos do voto do relator. Votou o presidente. Não votou o Ministro Cesar Asfor Rocha.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Gilmar Mendes. Presentes os Srs. Ministros Marco Aurélio, Carlos Ayres Britto, Cesar Asfor Rocha, José Delgado, Caputo Bastos, Gerardo Grossi e o Dr. Antônio Fernando Souza, procurador-geral eleitoral.

DJ de 9.6.2006.

¹⁰Constituição Federal, art. 14, § 2º.

¹¹Art. 183. Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.

O Informativo TSE está disponível na Internet.

Visite a página do TSE: www.tse.gov.br

O Informativo TSE, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no *Diário da Justiça*.